

A economia de Sergipe entre 1800 e 1874: composição da riqueza e suas variações regionais^a

The economy of Sergipe between 1800 and 1874: wealth composition and its regional variations

Fernanda Carolina Pereira dos Santos^b 

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação
em História, Niterói (RJ), Brasil

Carlos de Oliveira Malaquias^c 

Universidade Federal de Sergipe, Departamento de História,
São Cristóvão (SE), Brasil

Resumo: O presente estudo analisa a composição da riqueza inventariada em Sergipe entre 1800 e 1874. Para tanto, optou-se pela construção de séries a partir do universo documental de 3.430 inventários, organizados em intervalos temporais de 25 anos. Com essa abordagem, apresentam-se as transformações dos ativos e a composição e distribuição da riqueza, promovendo uma comparação das transformações patrimoniais nas diferentes regiões de Sergipe ao longo do tempo. Os resultados demonstram de que maneira processos como a expansão da atividade canavieira e a diversificação produtiva, bem como o crescimento populacional e a reorganização político-administrativa engendraram, ao longo do século XIX, transformações significativas na constituição dos patrimônios e gestão dos recursos financeiros, cuja variação define as regiões econômicas da província.

Palavras-chave: Riqueza. Inventários. Sergipe.

Editoras responsáveis: Natânia Silva Ferreira e Silvana Andrade dos Santos

^a Submissão: 28/08/2025 | Aprovação: 25/09/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v28i4.1087

^b fernandacarolina@id.uff.br

^c carlos.malaquias@hotmail.com

Ambos os autores foram responsáveis pela concepção, pesquisa de dados e/ou documentos, análise dos dados e/ou documentos, participação ativa na discussão dos resultados e revisão e aprovação da versão final.

Os autores declaram não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos
de Creative Commons 4.0 Internacional

Abstract: This study examines the composition of estates in Sergipe between 1800 and 1874. To do so, we created series from a collection of 3,430 probate records, divided into 25-year intervals. This method allows us to trace changes in assets and the distribution of wealth, offering a comparison of how property ownership evolved across different regions of Sergipe over time. The findings highlight how processes such as the growth of sugarcane production, diversification of agriculture, population growth, and political-administrative restructuring led to significant shifts in asset management and financial practices throughout the 19th century whose territorial variations delineate the province's economic regions.

Keywords: Wealth composition. Probate Records. Sergipe.

JEL: D31. N36. N96.

Introdução

O casal formado pelo doutor João José de Bittencourt Calazans e sua esposa, dona Maria Macária de Calazans Leite, detinha a maior fortuna inventariada em Sergipe no período coberto por este estudo. Quando sua esposa faleceu, em 1858, o inventário do casal alcançou mais de 261 contos de reis (27.848 libras). Nascido em 12 de junho de 1811, na antiga vila de Santa Luzia, e falecido em 18 de agosto de 1870, aos 59 anos, no engenho Castelo, o doutor João Calazans é fruto de um casamento de duas famílias abonadas, fato que contribuiu para a composição de seu patrimônio vultoso, sendo filho de José de Calazans Bittencourt e dona Antônia da Vera Cruz Braque.¹ (AGJSE, n. 543, doc. 02; AGJSE, n. 558, doc. 16).

O período em que Calazans e sua família viveram e acumularam gigantesca fortuna foi de intensa transformação da Capitania de Sergipe: a significativa expansão da lavoura canavieira pode ser medida pelo aumento do número de engenhos de açúcar, que entre 1798 e 1823 passou de 140 para 347, um aumento de 147,9%, e alcançou cerca de 680 na década de 1850. Esse cenário de crescimento da lavoura canavieira foi acompanhado da diversificação da produção agrícola, com o cultivo de algodão e tabaco, e a produção de aguardente, sal e farinha de mandioca. As mudanças na estrutura administrativa, com a autonomia da província em 1820, e seu aparelhamento institucional a partir de então refletiu o dinamismo da economia e o crescimento demográfico: no início do século XIX, Sergipe contava com aproximadamente 78.280 habitantes, enquanto, em 1850, esse número saltou para 171.081 habitantes.²

Em 1830, João José de Bittencourt Calazans ingressou no curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda. Depois de ter cursado quatro anos do curso, resolveu terminar seus estudos na Europa e seguiu para a Universidade de Bruxelas, onde se tornou bacharel em Direito (Dória, 1869).

¹ Antônia Braque, ao longo da vida, administrou pelo menos três engenhos de açúcar, outras propriedades rurais e uma centena de escravizados. Braque consolidou, ao longo de casamentos sucessivos, a posição de senhora de engenho e de terras, chefe de família e detentora de autoridade senhorial sobre seus escravizados, empregados livres, posseiros e rendeiros, como é atestado pelos diversos conflitos que a mesma se envolveu no período (Santos; Farias, 2023).

² Sobre as transformações econômicas e políticas ocorridas em Sergipe no século XIX, ver: Mott, (1986), Subrinho (1992), Almeida (1993), Antonio (2012), Malaquias, Vieira e Pereira (2018) e Malaquias (2023).

Retornando para sua terra natal, dedicou-se a administrar os bens herdados de seus pais e aos negócios públicos. Ocupou os cargos de primeiro suplente do juiz municipal, presidente da câmara municipal de Santa Luzia e deputado provincial em mais de uma legislatura. Era comendador da Ordem de Cristo, membro de diversas sociedades científicas e da Diretoria do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura, fundado durante a visita de Dom Pedro II a Sergipe, em 1860. Destacou-se por sua atividade açucareira e o seu entusiasmo com os melhoramentos técnicos: após viajar aos Estados Unidos e a Cuba para estudar sobre o sistema canavieiro e o fabrico de açúcar, introduziu em seu estabelecimento agrícola arados e a máquina à vapor (Guaraná, 1925).

Em 1858, Dona Maria Macária de Calazans Leite, sua esposa, faleceu. Na ocasião, João José estava ausente, na América do Norte, fazendo seus estudos sobre os melhoramentos da cultura canavieira. No inventário do casal, foi listada uma fortuna de um pouco mais de duzentos e sessenta e um contos de reis (27.848 libras), composta por cento e quinze escravizados, mais de trezentos animais, entre eles bovinos, cavalares e caprinos. Ainda faziam parte do espólio dois engenhos de fazer açúcar, um sítio, uma casa, um sobrado na Vila de Estância, dois sobrados em Salvador, um pequeno trapiche e uma porção de terras. O casal ainda possuía um conjunto de dívidas ativas no valor de um pouco mais de quatorze contos de réis e quase vinte e oito contos depositados na caixa filial do Banco do Brasil e na Caixa Econômica, ambas localizadas em Salvador (AGJSE, n. 543, doc. 02).

Em 1870, na ocasião de seu falecimento, possuía uma fortuna avaliada em um pouco mais de setenta contos de réis (7.881 libras). Antes, contraiu segundas núpcias com Dona Elvira Leite de Bittencourt. Entre os bens do casal, foram listados quarenta e quatro escravizados, cento e oitenta e quatro animais bovinos e cavalares, dois engenhos de açúcar – um deles, o engenho Castelo, com máquina a vapor –, duas casas, sítio, fazenda e um pequeno trapiche (AGJSE, n. 558, doc. 16).

A trajetória de João José de Bittencourt e Calazans confunde-se com as oportunidades econômicas e políticas geradas na província de Sergipe ao longo do século XIX. Oportunidades que, no entanto, foram aproveitadas principalmente por uma restrita elite que representa o cume estreito de uma base abaulada e bem mais ampla. O menor patrimônio registrado

em todo o período deste estudo era vinte e oito mil vezes menor do que a fortuna de Calazans: Dionísio Moreira dos Santos e sua esposa, Bertina de Góes dos Santos, arrolaram, em 1869, um patrimônio composto apenas por uma pequena mobília e uma tenda de ourives, com seus aparelhos, tudo avaliado por 67\$000 (5,25 libras) (AGJSE, n. 544, doc. 14). Entre Dionísio e Calazans havia um abismo e muitos outros indivíduos de diferentes condições sociais e econômicas que vivenciaram a fase de expansão de maneira muito particular.

O objetivo deste artigo, ao analisar a composição patrimonial inventariada em Sergipe em um período de transformações econômicas e políticas expressivas, é apontar os caminhos de enriquecimento ou dificuldade econômica para os diferentes grupos de riqueza, em diferentes áreas da província. Para a análise patrimonial serão utilizados 3.430 inventários que cobrem o período de 1800 a 1874. Espera-se, com esse procedimento, apontar um quadro das transformações dos ativos, além de reconstituir as linhas gerais da dinâmica econômica de Sergipe e suas variações regionais.

1. Procedimentos metodológicos

1.1 A fonte e a representatividade da amostra

Os inventários *post-mortem* são documentos produzidos por ocasião do falecimento de um indivíduo para formalizar a partilha dos bens entre os herdeiros. Logo, o documento não contempla homens e mulheres que não conseguiram acumular bens ao longo da vida ou que optaram por não realizar o inventário devido ao custo e tempo do processo. No entanto, a inventariação dos bens era obrigatória e comumente realizada quando existiam filhos menores (até 25 anos) e em caso da contração de segundas núpcias se a partilha dos bens do primeiro consórcio ainda não houvesse sido realizada (Ordenações Filipinas, Livro IV, títulos XCI a XCV).

Regulamentado pelo livro IV das Ordenações Filipinas, o inventário *post-mortem* possuía uma estrutura padrão. Nas primeiras páginas, apontava o nome do falecido, a data da morte, o local em que vivia, os herdeiros, o nome do inventariante e a indicação do grau de parentesco. Essas informações eram sucedidas pela descrição e avaliação de todos os bens deixados para a herança e, mais adiante, concentrava-se no destino dos itens arro-

lados, mediante as vontades do falecido descritas no testamento – quando escrito – ou conforme determinações legais.³ As dívidas, geralmente, eram registradas nos inventários após a listagem de todos os bens e eram classificadas em ativas, ou seja, valores a serem recebidos, e passivas, referentes a valores que seriam pagos. As informações contidas na fonte fornecem um quadro do patrimônio familiar e permitem estudar a composição da riqueza, as relações sociais e a cultura material.

Para a composição de nossa amostra, foi utilizada a totalidade dos inventários disponíveis nas principais instituições arquivísticas de Sergipe, a saber: Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE), ambos localizados em Aracaju, capital do estado de Sergipe. O material salvaguardado por essas instituições é fruto de um projeto de recolhimento, organização e salvaguarda dos documentos cartoriais produzidos em várias comarcas sergipanas. Dessa forma, devido ao esforço de centralização documental, dispomos de um universo composto por 3.604 inventários que abrangem todos os municípios sergipanos.

A leitura dos documentos, produção de fichas e sistematização em banco de dados foi feita em várias etapas pelos pesquisadores do grupo de pesquisa Mundo Atlântico e Colonização Portuguesa (CNPq/UFS). Durante a triagem do material, foram localizados 174 inventários incompletos, que foram desconsiderados nesta análise.⁴ Logo, nossa amostra documental é composta por 3.430 inventários com distribuição anual disposta na Figura 1.

³ É no livro IV das Ordenações Filipinas (do Título XCVI, que trata de como se hão de fazer as partilhas entre os herdeiros até o XCVIII) que se encontram os dispositivos sobre os testamentos e a forma de realização do inventário e da partilha dos bens.

⁴ Ao falar em documentos incompletos, fazemos referência àqueles que não traziam informes patrimoniais (monte mor e listagem dos bens) devido ao estado de conservação documental.

Figura 1 – Frequência de abertura de inventários em Sergipe (1800-1874)



Fonte: AGJSE e APES. Inventários *post mortem* (Sergipe, 1800-1874).

A frequência da data de abertura dos inventários, quando observada ao longo do tempo, apresentou um padrão de crescimento constante que acompanhou o aumento populacional de Sergipe (Mott, 1986) e, consequentemente, o número de óbitos. Alguns picos são registrados nos anos de 1850, 1856-1857 e 1863, em decorrência das epidemias de febre amarela, cólera *mórbus* e varíola que provocaram o aumento da taxa de mortalidade nos anos indicados (Santos Neto, 2001; Gama, 2019). No entanto, ainda que disponhamos de um número de inventários regular, a taxa de representação dos inventários em relação à população sergipana merece ser mais bem investigada.

Diversos autores apontaram ser impossível determinar com exatidão a taxa de cobertura da amostra documental, devido a dois fatores principais.⁵ O primeiro está relacionado às questões burocráticas e logísticas

⁵ Em relação à taxa de cobertura da amostra documental, entre outros autores, ver: Lindert (1981), Frank (2006) e Frank (2012).

envolvidas na abertura do processo de inventariação. O segundo diz respeito ao impacto do tempo e do armazenamento inadequado, que levam à perda de documentos ao longo dos anos. Esses dois elementos comprometem a precisão da representatividade do conjunto de registros. No entanto, é possível fazer uma aproximação rústica. Os 3.430 inventários, quando comparados com o número médio de habitantes livres no período estudado,⁶ representam cerca de 2,53% da população sergipana. O documento abrange um número reduzido de indivíduos, o que, em razão de suas próprias características, impede a captação das camadas despossuídas e de grande parte da população mais pobre.

Como aponta Frank (2006), o uso de inventários para medir a riqueza e suas alterações ao longo do tempo envolve, no mínimo, três questões fundamentais. A primeira diz respeito ao tamanho da amostra referente a um único ano, que geralmente é muito pequena para garantir significância estatística e confiabilidade. Em particular, os grandes proprietários não faleceram regularmente ano a ano; por isso, as amostras devem abranger um período de vários anos para captar não apenas um número adequado de inventariados, mas também uma quantidade representativa dos mais ricos em cada localidade. Visando eliminar tais problemas, convencionou-se a construção de séries homogêneas utilizando todo o universo documental disponível, organizadas em intervalos temporais de 25 anos. Dessa forma, o recorte temporal estudado é dividido em períodos iguais, que correspondem aproximadamente a uma geração.

O segundo problema está relacionado ao fato de que a população inventariada tende a ser, em sua maioria, mais velha e mais rica do que a população de proprietários vivos. Além disso, as posses dos indivíduos mais pobres eram muito menos suscetíveis à inventariação. Diante dessas questões, é necessário verificar se a estrutura etária permaneceu estável e se a taxa de sub-representação daqueles com menor patrimônio inventariado não variou ao longo do tempo.

No que diz respeito à estrutura etária da população livre, é possível dizer com segurança que não houve mudanças drásticas ao longo do tempo.

⁶ Para o cálculo, consideramos que a população livre sergipana era composta por 58.868 habitantes em 1808 e de 212.020 habitantes em 1872. Os dados foram retirados dos documentos a seguir: Biblioteca Nacional (BN). Descrição geográfica da capitania de Sergipe d'El Rei em 1802. Seção de Manuscritos II-33, 16, 9 (com ajustes nossos); e UFMG, CEDEPLAR. Recenseamento Geral do Império do Brasil. Arquivo Access (com ajustes nossos).

Sabe-se que Sergipe não recebeu grandes números de imigrantes livres. Conforme o censo de 1872, a província possuía 2.583 habitantes estrangeiros que representavam 1,22% da população livre. Em relação à sub-representação dos mais pobres na amostra, é necessário observar se há estabilidade na proporção de inventários avaliados em menos de 100 libras. Observando os patrimônios arrolados, foi visto que há um certo padrão: 29,4% entre 1800-24, 35,6% entre 1824-1849 e 31,6% entre 1850-74. Com base nesses testes, é possível concluir que a amostra de inventários manteve a estabilidade necessária para permitir comparações confiáveis.

Tabela 1 – Sexo e estado conjugal dos inventariados

	% de inventariados homens	% de inventariados casados
1800-24	56,1%	69,8%
1825-49	53,6%	68,2%
1850-74	55,1%	69,7%

Fonte: AGJSE e APES. Inventários *post mortem* (Sergipe, 1800-1874).

Por fim, é importante observar se aspectos como sexo, estado conjugal e representatividade geográfica dos inventariados permanecem constantes ao longo do tempo. Como apontado na Tabela 1, entre os inventariados há uma predominância contínua de indivíduos casados – beirando os 70% –, representando o patrimônio familiar acumulado ao longo da vida pelos cônjuges e um leve e constante predomínio de indivíduos do sexo masculino.

Em relação à cobertura espacial, os 3.430 inventários foram dispostos inicialmente conforme as regiões históricas sergipanas delimitadas por Santos (2011). O autor, observando o processo de ocupação, bem como as diferentes características físicas e econômicas do espaço sergipano, subdividiu-o em cinco regiões, a saber: Mata Sul, Cotinguiba, Agreste Sertão de Lagarto, Agreste Sertão de Itabaiana e São Franciscana. A região da Mata Sul – que englobava as comarcas de São Cristóvão e Estância – possuía o maior número de inventários, 41,60%⁷. A região da Cotinguiba – maior produtora de açúcar – possuía 28% dos documentos arrolados.

⁷ Por apresentar uma boa quantidade de inventários ao longo de todo recorte temporal e estarem passando por processos econômicos distintos, decidimos separar a região da Mata Sul, criando duas regiões: São Cristóvão e Estância. O procedimento será detalhado ao longo do texto.

Por fim, as regiões ligadas à pecuária e à criação de alimentos, Lagarto, Itabaiana e São Franciscana, possuíam, respectivamente, 18,83%, 1,97% e 9,59% dos inventários arrolados. O número de inventários, acompanhando a tendência visualizada na figura 1, aumentou ao longo do tempo em todas as regiões.

1.2 Inflação, variação de preços e critérios de classificação patrimonial

Há três questões metodológicas centrais que precisam ser consideradas ao se empreender um estudo desta natureza: o problema da inflação, a variação dos preços e a classificação dos patrimônios por agrupamentos de posses. Acompanhando o verbete de Paulo Sandroni (1999), podemos definir sinteticamente a inflação como um fenômeno monetário caracterizado pela elevação contínua e generalizada dos preços, resultando na progressiva perda do poder de compra da moeda. Para Sandroni, trata-se de um processo que pode ter origem tanto na expansão da oferta monetária quanto na resposta a uma maior demanda por moeda. Assim, a inflação pode decorrer de fatores estruturais (inflação de custos), monetários (inflação de demanda) ou de uma combinação de ambos.⁸ Independentemente de sua causa, a inflação tende a se perpetuar por meio de reações em cadeia, em que a elevação de um preço desencadeia reajustes sucessivos em outros.

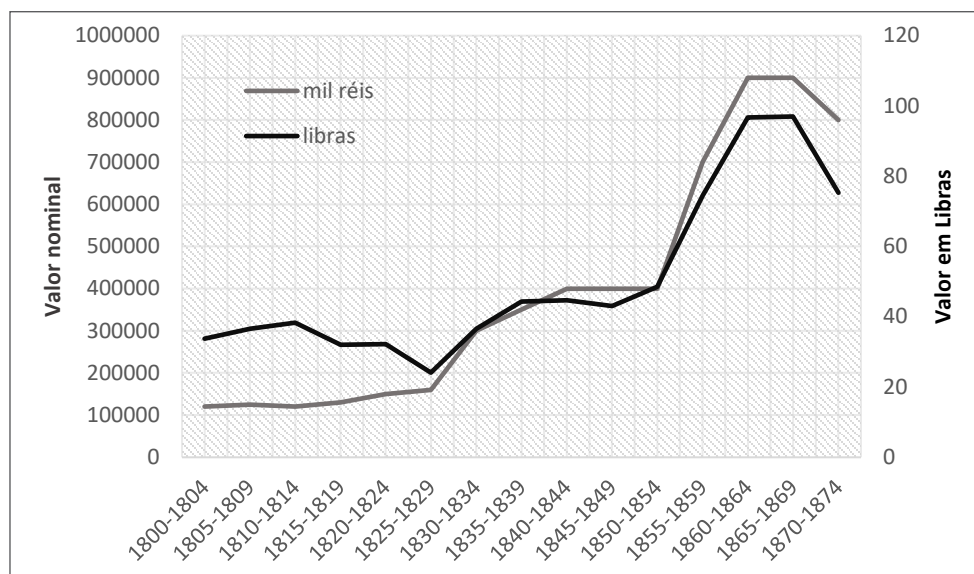
No contexto da análise de inventários *post mortem*, esse fenômeno impõe desafios significativos à comparação dos valores declarados ao longo do tempo. Como a inflação corrói o poder de compra da moeda, dois patrimônios com valores nominais semelhantes, mas registrados em décadas diferentes, podem refletir níveis de riqueza bastante distintos. Por isso, é fundamental considerar o comportamento dos preços no período analisado, a fim de evitar distorções na interpretação da evolução da riqueza ou da estrutura patrimonial dos indivíduos e famílias.

Contudo, nem todas as variações de preços podem ser atribuídas exclusivamente à inflação. Outros fatores históricos e conjunturais também influenciaram fortemente o valor dos bens, sobretudo no caso dos ativos

⁸ Acrescentamos aos fatores mencionados por Sandroni a hipótese de inflação como conflito distributivo que envolve a disputa entre diferentes grupos sociais pelo produto nacional, conforme Kalecki (1980).

escravizados. A Figura 2 apresenta a mediana das avaliações dos escravizados inventariados em Sergipe entre 1800 e 1874, expressas em valores nominais (mil réis) e em libras esterlinas – moeda tomada como referência de estabilidade no século XIX. Essa dupla apresentação permite observar tanto os efeitos inflacionários internos quanto a valorização real dos cativos.

Figura 2 – Mediana das avaliações dos escravizados inventariados entre 1800 e 1874



Fonte: AGJSE e APES. Inventários *post mortem* (Sergipe, 1800-1874).

Em moeda corrente, nota-se uma trajetória de aumento contínuo, especialmente a partir da década de 1830.⁹ Os valores saltam de 160 mil réis (1825-1829) para 300 mil (1830-1834) e chegam a 900 mil réis nas décadas de 1860-1869. Há, portanto, um crescimento nominal de 650% entre o início e o fim da série. Ao observar a mesma evolução em libras esterlinas, contudo, é possível relativizar os efeitos da inflação. Entre 1800-1824 e 1870-1874, a mediana em libras mais que dobra (de 34 para 75), mas com um comportamento menos abrupto. Isso indica que, embora a inflação tenha impactado os preços, houve também uma valorização real dos escravizados ao longo do tempo.

⁹ A mediana observada entre 1810 e 1829, expressa em libras, apresentou tendência descendente, em contraste com os valores nominais, cuja mediana revelou um leve incremento. A diferença apresentada pode ser efeito de uma maior emissão de moeda (Carrara, 2022) e/ou de uma expansão da oferta de escravizados (Florentino; Ribeiro; Silva, 2004). Cabe ressaltar, contudo, que essas hipóteses serão objeto de exame mais aprofundado em investigações futuras.

Essa valorização relaciona-se diretamente à dinâmica do próprio mercado escravista, sobretudo após a proibição do tráfico atlântico. A ilegalidade imposta pela lei de 1831 e, especialmente, o fim efetivo do tráfico em 1850 provocaram uma redução drástica na oferta de escravizados. Como resultado, os preços subiram. Entre 1855 e 1869, as avaliações atingem os maiores patamares da série – 900 mil réis ou 97 libras –, refletindo uma valorização real que vai além dos efeitos inflacionários.

Esse movimento tem implicações importantes para a análise patrimonial, pois altera significativamente os critérios de classificação das fortunas. Um único cativo, no fim do período, podia representar o equivalente, em termos nominais, a uma dezena de escravizados avaliados nas primeiras décadas do século XIX. Em 1800, por exemplo, Ambrósio – mulato, sadio e moço – foi avaliado em 110\$000 (AGJSE, n. 482, doc. 09). Já em 1874, Januário, com características semelhantes, recebeu a avaliação de 1:200\$000 (AGJSE, n. 561, doc. 01). Essa diferença não é apenas numérica: ela redefine os limites entre pequenas, médias e grandes posses.

A historiografia, para contornar o problema da inflação, adotou como solução a deflação das notações patrimoniais com base na cotação média anual da libra esterlina no ano de abertura do inventário. Esse procedimento, amparado na relativa estabilidade da moeda, permite comparações entre valores ao longo do tempo.¹⁰ No entanto, essa abordagem apresenta limitações conhecidas. A cotação da libra não reflete com exatidão a variação dos preços em toda a economia imperial, podendo mascarar dinâmicas regionais.¹¹ Parte da historiografia, ciente dessas limitações ou não interessada em valores reais comparáveis ao longo do tempo, optou por não adotar essa metodologia. Em vez disso, passou a observar a participação relativa dos ativos no total da riqueza, segmentando a análise por recortes temporais.¹²

¹⁰ Sem a pretensão de fazer um levantamento exaustivo, a tendência é notada observando um conjunto de trabalhos: Marcondes (1998), Reis (2005), Valentin (2006), Garavazo (2006), Frank (2006), Vargas (2013) e Malaquias (2014).

¹¹ Para entender as limitações do emprego dessa metodologia, ver: Buescu (1973), Moura Filho (2010) e Graham (2008).

¹² Sem a pretensão de fazer um levantamento exaustivo, a tendência é notada observando um conjunto de trabalhos: Mello (1985), Mattoso (1992), Almico (2001), Oliveira (2005), Freire (2007) e Rocha (2015).

Considerando os limites e vantagens de ambas as abordagens, optou-se aqui por empregar as duas metodologias. Os informes patrimoniais serão apresentados ora em valores nominais, quando se destacar sua comparação proporcional em um dado período, ora convertidos em libras esterlinas, especialmente quando comparados ao longo do tempo. A definição das faixas patrimoniais nos inventários sergipanos foi feita a partir do escalonamento dos informes patrimoniais. Com base na comparação do perfil dos inventariados, estabeleceu-se o corte amostral em 30% da base patrimonial, 55% no segmento intermediário e 15% no estrato superior.

2. Composição dos ativos patrimoniais

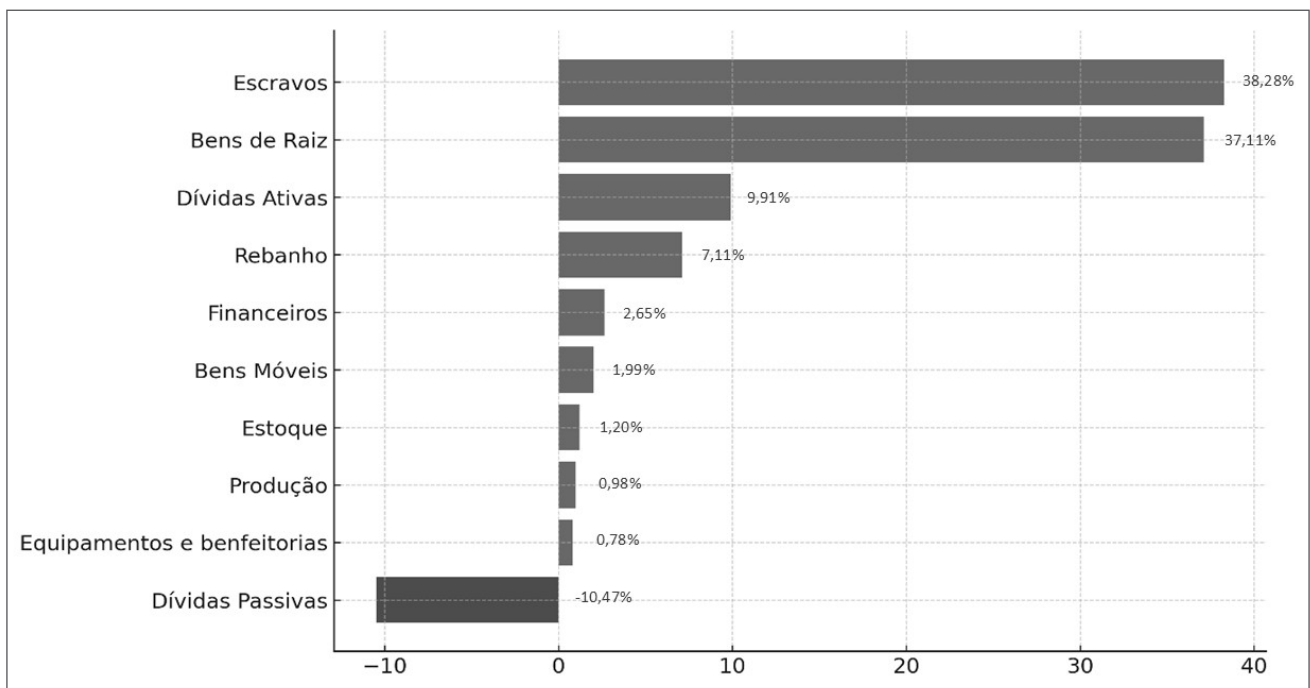
Passa-se a questionar, agora, como as transformações econômicas influenciaram na constituição do patrimônio inventariado sergipano. Para tanto, os bens listados foram agrupados em dez categorias diferentes: *escravos*, *bens móveis* (joias, ferramentas, vestuário, mobília e outros itens menores), *rebanho* (bovino, cavalar, porcino, muar, caprino e ovino), *produção* (cana-de-açúcar e seus derivados – açúcar, aguardente –, tabaco, mandioca e seus derivados, algodão e seus derivados – lã, ticum e pano –, milho, feijão, amendoim, fava, arroz, café, coco, couro, mamona, mel, sal, sola e outros), *financeiros* (dinheiro, títulos e ações), *estoque de loja* (fazendas secas e molhadas), *dívidas ativas* (valores a receber referentes a venda de bens e produtos, além de empréstimo em dinheiro) e *dívidas passivas* (valores a pagar referentes à compra de bens e produtos, além de empréstimos).

Destaca-se ainda, *bens de raiz* (casas, sítios, terras, termo de salinas, engenho, fazenda) e a categoria *equipamentos e benfeitorias* (construções – casa de farinha, estrebaria, casa de olaria, chiqueiro, curral e outros –, máquinas – descaroçadora de algodão, máquina de fazer azeite, máquina de fazer farinha, máquina a vapor e outros –, embarcações – canoa, sumaca, lancha, jangada, iate –, meios de transporte terrestres – carro de boi, carroça –, equipamentos de pesca – rede, caçua, tarrafa e outros). Sobre esses ativos, é necessário fazer um ponderamento. Como apontado em trabalho anterior (Santos; Jesus; Malaquias, 2023), em geral, os imóveis rurais eram avaliados com todas as suas benfeitorias, o que incluía

moinhos, engenhos, cercas, currais e muitas vezes as casas de vivenda. Assim, ainda que dispostos em categorias separadas, os bens de raiz, equipamentos e benfeitorias estão diretamente relacionados e, em alguns casos, foram descritos e avaliados juntamente.

Para ilustrar a situação expressa anteriormente, atentemo-nos à descrição típica de algumas propriedades. O engenho Itaperoá, em São Cristóvão, por exemplo, foi descrito com suas terras e benfeitorias, casa de pedra e cal e seus pertences, capela de pedra e cal, casas de sobrado de taipa e telha, senzala, pastos, canaviais, e uma casa de engenho com todas as suas benfeitorias, avaliada em 56:000\$000 (AGJSE, n. 178, doc. 07). Por sua vez, a Fazenda Malhada Grande, em Lagarto, foi listada com uma casa, terras, currais, benfeitorias e avaliada por 150\$000 (AGJSE, n. 1142, doc. 07). Ou por fim, o sítio Conceição, em Estância, descrito com suas terras, pasto e casa de morar, avaliado em 2:000\$000 (AGJSE, n. 537, doc. 07). Logo, quase sempre que nos referirmos a bens de raiz, não estamos tratando apenas de terras, mas também dos equipamentos necessários para o cultivo e beneficiamento da produção.

Figura 3 – Composição dos ativos patrimoniais inventariados em Sergipe, 1800-1874 (%)



Fonte: AGJSE e APES. Inventários *post mortem* (Sergipe, 1800-1874).

O nosso objetivo com a segmentação dos ativos é compreender quais eram os bens mais importantes no patrimônio inventariado sergipano. Conforme a Figura 2, escravizados e bens de raiz eram os principais componentes nos ativos patrimoniais, cerca de 75% dos investimentos em todo o período estudado. Essa característica revela uma sociedade agrária e escravista, composta por sítios, fazendas, roças e engenhos trabalhados pela mão de obra escrava. O aumento no valor dos escravizados, a partir da década de 30, e a cessação do tráfico, em 1850, levaram a uma diminuição tímida na participação dos escravos na riqueza total, no último quarto do século, conforme a Tabela 2, acompanhada por um incremento pequeno na participação dos bens de raiz.

Essa alteração também é vista em outras localidades com perfil econômico semelhante. Em Batatais, nordeste paulista, de acordo com o trabalho de Garavazzo (2006), no período de 1851 a 1859, os escravizados representavam 49,4% da riqueza arrolada, enquanto os imóveis, 31,8%. Já de 1861 a 1869, os escravizados passaram a compor 36,2% e os imóveis, 38,6%. No recôncavo baiano, conforme estudo de Uelton Rocha (2015), no período de 1834 a 1850, os imóveis representavam 33,5% e os escravizados 32,5% dos patrimônios inventariados, já no período de 1851 a 1870, os imóveis representavam 32% e os escravizados 29%.

Tabela 2 – Composição dos ativos patrimoniais inventariados em Sergipe, por períodos

	1800-24	1825-49	1850-74
Escravos	40,82%	41,79%	37,47%
Bens de Raiz	34,47%	32,63%	37,97%
Rebanho	10,52%	7,76%	6,82%
Bens móveis	3,51%	2,83%	1,77%
Produção	0,93%	0,48%	1,03%
Equipamentos e benfeitorias	1,45%	1,07%	0,66%
Financeiros	0,49%	2,20%	2,81%
Estoque	0,26%	1,95%	1,15%
Dívidas Ativas	7,54%	9,30%	10,32%
Dívidas Passivas	-11,39%	-12,61%	-9,77%

Fonte: AGJSE e APES. Inventários *post mortem* (Sergipe, 1800-1874).

Entre os ativos, o rebanho também merece destaque. Quando somado aos escravizados e bens de raiz, compuseram cerca de 80% do patrimônio inventariado, o que mais uma vez endossa o caráter agrário da sociedade sergipana oitocentista. A baixa participação do item produção, longe de demonstrar pouca importância da agricultura e outras atividades produtivas, relaciona-se às características da feitura do inventário e da produção agrária: a sazonalidade e a rápida destinação dos produtos após o fim da safra. Logo, as produções registradas não correspondem a um retrato fidedigno dos itens produzidos, bem como seu volume e preço. Na verdade, são parte diminuta dessa produção que ainda não fora enviada para o correspondente comercial, sendo inventariada com a morte do proprietário. A produção agrária e seus derivados, na verdade, eram de suma importância, já que se constituíam enquanto uma das fontes de recursos para a feitura de investimentos.

A participação dos equipamentos e benfeitorias, por sua vez, aponta um setor agrícola que utilizava maquinário simples, condizente com as necessidades de suas lavouras. Nessa categoria, enquadram-se fornos, moendas, prensas, rodas de mandioca e de descaroçar algodão e outros itens essenciais para o processo de produção de açúcar e farinha, e o beneficiamento do algodão. Somam-se a essa categoria itens essenciais para o transporte das mercadorias em meio terrestre, fluviais e marítimos, como barcos e carros de bois. Observa-se um incremento na participação dos equipamentos a partir de 1850, o que é fruto da modernização da lavoura açucareira e do incremento de maquinários na produção de algodão e leite. Observa-se a inventariação de máquinas a vapor para lavoura açucareira, máquinas de descaroçar algodão mais complexas, “máquinas de fazer leite”, bem como “máquina de fazer azeite”.

A partir da década de 1830, novas modalidades de investimentos passaram a compor os ativos patrimoniais dos proprietários, refletindo transformações mais amplas nas práticas econômicas do Império. Entre elas, destacam-se os títulos da dívida pública – instrumentos emitidos pelo Estado com o objetivo de captar recursos junto a particulares – e as ações emitidas por companhias anônimas. Ambos os instrumentos ganharam espaço no contexto das reformas institucionais do período e acompanharam o esforço de diversificação das aplicações de capitais.

Como apontam Levy (1994) e Carrara (2022), a consolidação desses

papéis esteve associada ao fortalecimento do mercado financeiro imperial, à ampliação do crédito público e à constituição de sociedades por ações – estas últimas, com papel central nos setores de infraestrutura e comércio. Os ativos dos acervos patrimoniais inventariados revelam o crescimento dessas aplicações no terceiro quarto do século XIX, com destaque para investimentos em ações da Companhia de Vapor a Reboque de Sergipe, da Caixa Comercial de Maceió e na Reserva Mercantil e Sociedade Comércio da Bahia.

Como era de se esperar, o recurso monetário passou a ter maior participação na composição da riqueza ao longo do tempo, impulsionado pela emissão de moeda (Pelaéz; Suzigan, 1976) e pelo aumento da produtividade agrícola. Entre 1800 e 1824, 4,49% dos inventariados arrolaram moeda, percentual que sobe para 11,92% de 1850 a 1875. No terceiro quartel do século XIX, parte desse dinheiro encontrava-se depositado em instituições financeiras sediadas na Cidade da Bahia, como a filial do Banco do Brasil, o Banco da Bahia e a Caixa Econômica.

O crescente volume das dívidas ativas nos inventários indica a existência de uma oferta regular de crédito, impulsionada por comerciantes dedicados à exportação e importação que atuavam na Bahia e em Sergipe. Também tiveram papel relevante, nas dívidas inventariadas, as instituições religiosas, como a Santa Casa de Misericórdia, a Ordem Terceira do Carmo e a Ordem de Jerusalém, que contribuíram para o financiamento da produção e possibilitaram o acesso a bens e serviços. A necessidade de capital para investimentos em infraestrutura, o aparelhamento das lavouras, aquisição de escravizados e modernização dos engenhos exigiam formas de financiamento que extrapolavam os recursos dos proprietários. Nesse sentido, o acesso ao crédito – viabilizado por comerciantes, casas bancárias e instituições religiosas – tornou-se um dos pilares do dinamismo produtivo da região.

Nesse contexto, o crédito desempenhou papel relevante como mecanismo de sustentação da expansão e modernização da lavoura. Observa-se que, nos dois primeiros quartéis do século, as dívidas representavam cerca de 11% a 12% do patrimônio acumulado, percentual que apresenta uma leve redução entre 1850 e 1874, situando-se um pouco abaixo de 10%.

A composição dos ativos também foi observada de acordo com os grupos patrimoniais, conforme a Tabela 3. Os menores patrimônios foram

os mais impactados com o aumento do valor dos cativos: entre 1800 e 1824, as escravarias dos proprietários na base da escala de patrimônio representavam 51,86% dos bens inventariados, diminuindo para 46,04% entre 1825 e 1849, e 23,55% entre 1850 e 1874. Ao mesmo tempo, os bens de raiz obtiveram um incremento significativo na composição patrimonial: no primeiro quarto do século, representava 17,97%, no seguinte, 24,21% e no terceiro, 42,05% dos ativos inventariados.

Tabela 3 – Composição dos ativos inventariados em Sergipe, por faixas de patrimônio

	1800-1824			1825-1849			1850-1874		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Escravos	51,86%	53,93%	35,64%	46,04%	56,65%	35,78%	23,55%	50,66%	33,73%
Bens de Raiz	17,97%	16,21%	41,74%	24,21%	19,59%	38,10%	42,05%	26,25%	41,48%
Rebanho	11,51%	12,27%	9,85%	13,89%	9,20%	6,93%	19,54%	7,92%	6,20%
Bens móveis	6,50%	5,53%	2,66%	6,21%	4,35%	2,08%	5,87%	2,27%	1,53%
Produção	1,12%	2,22%	0,47%	1,01%	0,91%	0,29%	0,98%	0,74%	1,12%
Equipamentos e benfeitorias	1,77%	1,01%	1,59%	1,16%	0,73%	1,20%	1,78%	0,81%	0,59%
Financeiros	0,87%	0,13%	0,60%	2,42%	1,04%	2,64%	2,12%	1,53%	3,22%
Estoque	1,20%	0,60%	0,10%	0,09%	1,46%	2,23%	0,15%	1,56%	1,04%
Dívidas Ativas	7,20%	8,11%	7,36%	4,96%	6,09%	10,75%	3,98%	8,25%	11,09%
Dívidas Passivas	14,06%	9,31%	12,01%	10,05%	10,37%	13,60%	15,16%	10,53%	9,42%

Fonte: AGJSE e APES. Inventários *post mortem* (Sergipe, 1800-1874).

Faixas patrimoniais: A: 30% inferiores; B: 55% intermediários; C: 15% superiores.

Entre o grupo remediado, a participação dos escravizados no montante da riqueza representou cerca de 50% nos três períodos. Os bens de raiz tiveram um incremento, saindo de 16,21% entre 1800 e 1824, para 26,25% entre 1850 e 1874, seguido por uma diminuição progressiva da participação do rebanho. Entre os indivíduos mais ricos da amostra, os escravizados representaram, nos dois primeiros quartéis, por volta dos 35% da riqueza, com uma leve diminuição no período seguinte, 33,73%. Os bens de raiz, em todo o período estudado, foram o componente com maior representação entre o topo dos proprietários, uma vez que o grupo

abarcava parte considerável das maiores propriedades arroladas, os engenhos de açúcar: no primeiro e terceiro quarto do século, representava cerca de 41%, com uma diminuição de 2,9% entre 1825 e 1849. Os ativos financeiros e as dívidas ativas também merecem destaque nesse agrupamento, com um incremento progressivo entre os períodos.

3. Ativos regionalizados

Nesta seção, analisamos a composição do patrimônio inventariado de acordo com as variações regionais. O procedimento, já adotado por outros pesquisadores, mostrou-se de suma importância, já que a composição regional encontrada se relaciona diretamente com a dinâmica econômica local, sua especialização e relacionamento com as áreas vizinhas. Para tanto, como ponto de partida, valemo-nos da regionalização de Sergipe proposta por Santos (2011). Observando o processo de ocupação, bem como as características físicas e econômicas, o autor subdividiu a província em cinco regiões, a saber: Mata Sul, Cotinguiba, Agreste Sertão de Lagarto, Agreste Sertão de Itabaiana e São Franciscana.

A descrição dessas regiões é fundamental para compreender a dinâmica patrimonial observada. A região da Mata Sul, situada entre os rios Real, Piauí e Vaza Barris, foi a primeira a ser ocupada, no fim do século XVI. De acordo com Santos (2011), compreendia o espaço que hoje corresponde aos municípios de São Cristóvão, Itaporanga, Estância, Santa Luzia e outros adjacentes. Em Estância e Santa Luzia, a principal atividade econômica era a produção de farinha, seguida por açúcar e outros gêneros alimentícios, como milho, arroz e feijão. Em São Cristóvão, suas paragens eram propícias para a criação de gado e o cultivo de gêneros alimentícios (feijão e mandioca). A alimentação ainda era provida por uma diversidade de mariscos e pescados extraídos nos mangues e rios da região. No entanto, na Ribeira do Vaza Barris, em São Cristóvão, o cultivo de cana-de-açúcar foi o carro chefe.

A região da Cotinguiba foi ocupada em seguida, no início do século XVII, e situa-se entre os rios Japarutuba, Cotinguiba e Sergipe. Ela se destaca como a área de maior produção açucareira da província. Assim como o Recôncavo baiano, a Cotinguiba possuía solos de massapê, argilosos, escuros e pesados, ideais para o cultivo da cana-de-açúcar, pois re-

tinham bem a umidade. Também eram encontrados “salões”, solos avermelhados, mais leves que o massapê, mas igualmente férteis. A navegação nos grandes rios e seus afluentes durante a maré cheia facilitava o transporte na região. Segundo Sharyse Piroupo do Amaral (2012, p. 33), a combinação desses três fatores – solo, clima e rios navegáveis – fez da Cotinguiba o principal centro produtor de açúcar em Sergipe. Além da cana, a região também era conhecida pela criação de gado e pelo cultivo de gêneros alimentícios, como mandioca e feijão.

As regiões de Itabaiana e Lagarto possuem caracterização econômica similar. Ambas foram ocupadas no início do século XVII e destacam-se pela criação de gado e faina agrícola, com o cultivo de gêneros alimentícios, fumo e algodão e seus derivados, destacadamente panos grossos tecidos localmente. Nas áreas banhadas pelos rios que cortam a região, desenvolveu-se um pequeno número de engenhos de açúcar e, mais tarde, com destaque para a segunda metade do século XIX, a lavoura algodoeira. No entanto, Carlos Roberto Maciel (2016) e Maria Nele dos Santos (1984) apontaram que não se deve comparar a produção açucareira dessas áreas com as vilas canavieiras da Mata Sul e da Cotinguiba devido às características distintas de solo e do clima agrestino, mais quente e com estiagens periódicas. A distância do porto para escoar a produção também é apontada como entrave ao desenvolvimento da sucroculutura no interior da província.

Por fim, a região situada ao norte da província, banhada ao longo de toda sua extensão pelo rio São Francisco, apresentava um processo de ocupação relativamente mais tardio em comparação às demais áreas, consolidando-se sobretudo entre os séculos XVII e XVIII. Conforme aponta Sheyla Farias (2022), essa ocupação ocorreu por meio da concessão de sesmarias mais extensas do que aquelas distribuídas no litoral, sendo destinadas majoritariamente à implantação de fazendas de gado. A autora destaca ainda a instituição do Morgado de Porto da Folha, com a doação de trinta léguas de terras ao mestre de campo Pedro Gomes como recompensa pelos serviços prestados à Coroa Portuguesa na expulsão dos holandeses na foz do Rio São Francisco.

Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997) observa que, embora os grandes senhorios pecuaristas detivessem o domínio sobre vastas porções territoriais, a criação de gado era, em grande medida, viabilizada por meio

da instalação de famílias arrendatárias, evidenciando um modelo fundiário e produtivo baseado na delegação da exploração econômica. A região São Franciscana consolidou-se, assim, como um espaço prioritariamente voltado à pecuária, embora também abrigasse atividades agrícolas destinadas ao cultivo de mantimentos como arroz e mandioca. Outras práticas relevantes incluíam a extração de sal, a pesca e o transporte fluvial. Nesse contexto, a cidade de Vila Nova – atual Neópolis – firmou-se como o principal centro do comércio interior articulado ao rio São Francisco, desempenhando papel estratégico na circulação de mercadorias e na integração econômica da região.

À medida que a lavoura canavieira se expandia, ao longo do século XIX, pelas várzeas férteis das principais bacias fluviais, consolidava-se um processo de especialização produtiva condicionado pelas potencialidades ecológicas regionais.¹³ Nesse contexto, áreas anteriormente destinadas ao cultivo de cereais e à criação de animais passaram a ser incorporadas, de forma seletiva, ao complexo agroindustrial dos engenhos. No entanto, mais do que um deslocamento mecânico dessas atividades para terras marginais ou de menor qualidade agrícola, o que se verifica é uma redefinição do uso da terra orientada por critérios de perfil agroecológico. Como demonstrado por Jesus (2025), mesmo na zona costeira observam-se formas diversificadas de aproveitamento do solo, a exemplo da criação de gado nas terras da praia em Santa Maria e da extração de madeira nas matas do Poxim – evidenciando que nem toda terra da zona da mata foi convertida em canavial, seja por limitações agrônômicas, seja por demandas complementares da economia local.

No interior da província, por sua vez, o avanço das atividades voltadas ao abastecimento não decorreu apenas da disponibilidade residual de terras, mas foi também impulsionado pelo crescimento dos mercados consumidores litorâneos e pela ampliação da demanda por gêneros de primeira necessidade. Estabeleceu-se, assim, uma dinâmica de complementaridade funcional entre as regiões: enquanto o litoral se especializava na produção açucareira destinada aos mercados externos e interprovinciais, o interior assumia papel estratégico no fornecimento de alimentos como milho, feijão, farinha e carne. Essa configuração contribuiu para o aden-

¹³ Sobre esse processo, ver: Almeida (1978; 1991; 1993), Malaquias, Vieira e Pereira (2018) e Jesus (2025).

samento dos circuitos internos de comercialização, intensificando o trânsito de mercadorias e rebanhos rumo às áreas costeiras e promovendo a consolidação de novos mercados regionais.

Com a eclosão da Guerra de Secessão (1861-1865), o cenário produtivo sofreu nova inflexão. A valorização internacional do algodão estimulou o cultivo da fibra em municípios do agreste e sertão são franciscano, como Itabaiana, Frei Paulo, Simão Dias, Nossa Senhora das Dores, Aquidabã e Porto da Folha. Como apontou Subrinho (1989, p. 33), nesse período “o algodão deixará de ser uma cultura de quintal e passará a ser atividade mais rentável da província”. Embora tenha perdido protagonismo nas exportações após o fim do conflito, a cultura algodoeira manteve importância regional ao abastecer a indústria têxtil baiana, revelando novas formas de integração interprovincial.

Considerando as especificidades regionais elencadas, foi necessário realizar ajustes na regionalização proposta por Santos (2011) para a análise dos inventários *post mortem*. A região de Itabaiana, por exemplo, contava com apenas 61 inventários, número reduzido e com métricas patrimoniais destoantes. Para evitar a exclusão desses dados, optamos por agrupá-los à região de Lagarto, que, como já mencionado, apresentava uma dinâmica econômica semelhante. Já a região da Mata Sul – composta, entre outras localidades, por São Cristóvão e Estância – possuía um volume expressivo de inventários e métricas consistentes, o que permitiu sua reorganização em unidades distintas. Assim, adotamos como base cinco regiões: Cotinguiba, São Cristóvão, Estância, Agreste-Sertão de Lagarto e Itabaiana, e São Franciscana, conforme apresentado na Figura 4.

Figura 4 – Regionalização e principais cidades sergipanas no século XIX



Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE e Santos (2011).

Observando a média patrimonial inventariada (ver Tabela 4), podemos observar que a região mais rica de Sergipe era a Cotinguiba (9:539\$726), seguida por São Cristóvão (6:297\$300) e acompanhada de perto por Estância (6:190\$694). Na região do agreste sertão de Lagarto e Itabaiana (3:519\$969) e São Franciscana (3:027\$966), os proprietários auferiram, em média, um valor duas vezes menor que em São Cristóvão

e Estância, e quase três vezes menor que na Cotinguiaba. No entanto, se no conjunto a região da Cotinguiaba se destacava, era em Estância que a maior fortuna registrada em Sergipe foi arrolada.

Tabela 4 – Métricas do patrimônio bruto (Sergipe, 1800-1874), por regiões

Em valores nominais							
	Nº	%	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Soma
Cotinguiaba	1055	30,80%	50\$040	240:828\$570	9:539\$726	1:883\$040	10.064:411\$034
São Cristóvão	471	13,70%	50\$920	192:347\$433	6:297\$300	1:460\$000	2.966:028\$326
Estância	812	23,70%	43\$520	261:080\$108	6:190\$694	1:520\$000	5.026:844\$103
Agreste	710	20,70%	42\$000	63:207\$960	3:519\$969	1:085\$970	2.499:178\$516
São Franciscana	382	11,10%	61\$400	57:751\$648	3:027\$966	1:268\$080	1.156:683\$037
Total	3430	100,00%	42\$000	261:080\$108	6:330\$362	1:487\$660	21.713:145\$016
Em libras							
	Nº	%	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Soma
Cotinguiaba	1055	30,8%	6,28	24,283	1,023,995	2,098,800	1,080,315
São Cristóvão	471	13,7%	9,72	26,078	806,941	2,034,333	380,069
Estância	812	23,7%	4,88	27,848	744,638	2,101,400	604,646
Agreste	710	20,7%	4,50	8,497	397,914	1,217,425	282,519
São Franciscana	382	11,1%	7,21	6,545	337,686	1,552,479	128,996
Total	3430	100,0%	4,50	27,848	7,220,254	1,817,302	2,476,547

Fonte: AGJSE e APES. Inventários *post mortem* (Sergipe, 1800-1874).

As especificidades regionais exerceram influência direta na composição dos ativos registrados nos inventários, como mostra a Figura 5. Em toda a província, os investimentos em bens de raiz e em mão de obra escravizada predominavam; no entanto, é possível identificar padrões diferenciais entre as regiões. Nas regiões em que a cana e a produção de açúcar se desenvolveram de forma mais intensa – especialmente na ampla e irrigada zona de mata atlântica que envolve Estância, São Cristóvão e Cotinguiaba –, a participação dos bens de raiz nos patrimônios inventariados ultrapassa, no terceiro quartel do século XIX, o valor investido em escravizados.

Esse movimento de valorização da terra em relação à força de trabalho cativa manifesta-se mais cedo nas áreas de ocupação mais antiga, como Estância e São Cristóvão, já perceptível entre 1825 e 1849. Por outro lado, na região da Cotinguiba, é nesse mesmo período que a participação dos escravizados nos inventários atinge seu ponto mais alto – reflexo do caráter mais recente da expansão da lavoura canavieira nessa área. De fato, as décadas de 1860 e 1870 representam o auge da produção açucareira em Sergipe e o crescimento anterior dos engenhos na região da Cotinguiba foi decisivo para esse desempenho.

Em contraste com essa dinâmica litorânea, as regiões do interior da província –voltadas majoritariamente para a produção alimentar – seguiram em tendência oposta. No agreste de Lagarto e Itabaiana e no Sertão São Franciscano, observa-se um aumento no peso dos investimentos em escravizados. Em parte, isso é resultado do aumento do preço do escravizado depois de 1830 e sobretudo depois do fim efetivo do tráfico na década de 1850. Porém, é de se considerar que esse encarecimento do escravizado é concomitante ao crescimento econômico da província e à especialização da Cotinguiba na produção açucareira, abrindo mercados no litoral da província para os alimentos e rebanhos cultivados e criados no interior. Logo, a valorização do escravo refletia também um processo de demanda de braços causado pelo aquecimento econômico local.

Na região da Cotinguiba, entre 1800 e 1824, os principais ativos inventariados, escravos e bens de raiz, aparecem em proporção muito semelhante, respectivamente, 38,82% e 38,81%. No segundo quarto do século XIX, a participação dos escravizados aumenta para 46,03% e os bens de raiz para 40,45% – atingindo juntos 86,48% do valor patrimonial arrolado. Em contrapartida, o comprometimento das dívidas passivas atinge a maior cifra registrada, 28,31%, um aumento de 15,17% em relação ao período anterior. O endividamento do período relaciona-se diretamente com a elevação dos outros ativos, indicando a contração de dívidas para aquisição de cativos, imóveis ou construção de melhoramentos nos bens de raiz já existentes, no momento de expansão da lavoura canavieira e produção açucareira.

A análise da média de escravizados por inventário ao longo dos três períodos analisados na região da Cotinguiba indicou uma tendência de crescimento na quantidade e no valor econômico desses indivíduos. En-

tre 1800 e 1824, foi registrado uma média de 1,32 cativos por inventário, com valor estimado em 98\$137 por escravizado. No intervalo seguinte, de 1825 a 1849, essa proporção subiu para 1,74, enquanto o preço médio praticamente triplicou, atingindo 288\$411. Já entre 1850 e 1874, a média alcançou 2,53 escravizados por inventário, com valor de 610\$308. Essa trajetória revela não apenas o aumento da presença dos escravizados nos acervos patrimoniais, mas também sua crescente valorização no mercado, o que sugere o fortalecimento de seu papel na dinâmica econômica provincial ao longo do século XIX.

O terceiro quarto do século XIX é marcado, na região da Cotingui-ba, por um leve incremento na participação dos bens de raiz e um decréscimo de 8,42% na representação dos escravizados, alcançando a menor participação registrada na região no período estudado. Nesse momento, alguns engenhos iniciam o processo de modernização, alcançando avaliações ainda mais vultosas. Ao mesmo tempo, nessa região açucareira, o valor da terra sofre aumentos significativos, especialmente porque as formas tradicionais de aumento da propriedade por apossamento e esbulho são reduzidas com a Lei de Terras e a quase extinção dos aldeamentos indígenas. Por fim, os ativos financeiros cresceram 1,71% no último quarto do século, na Cotingui-ba, sinalizando que a elite açucareira e os comerciantes locais buscavam diversificar seus investimentos, refletindo uma abertura gradual aos circuitos mais amplos de capital e ao cosmopolitismo dos mercados na segunda metade do XIX.

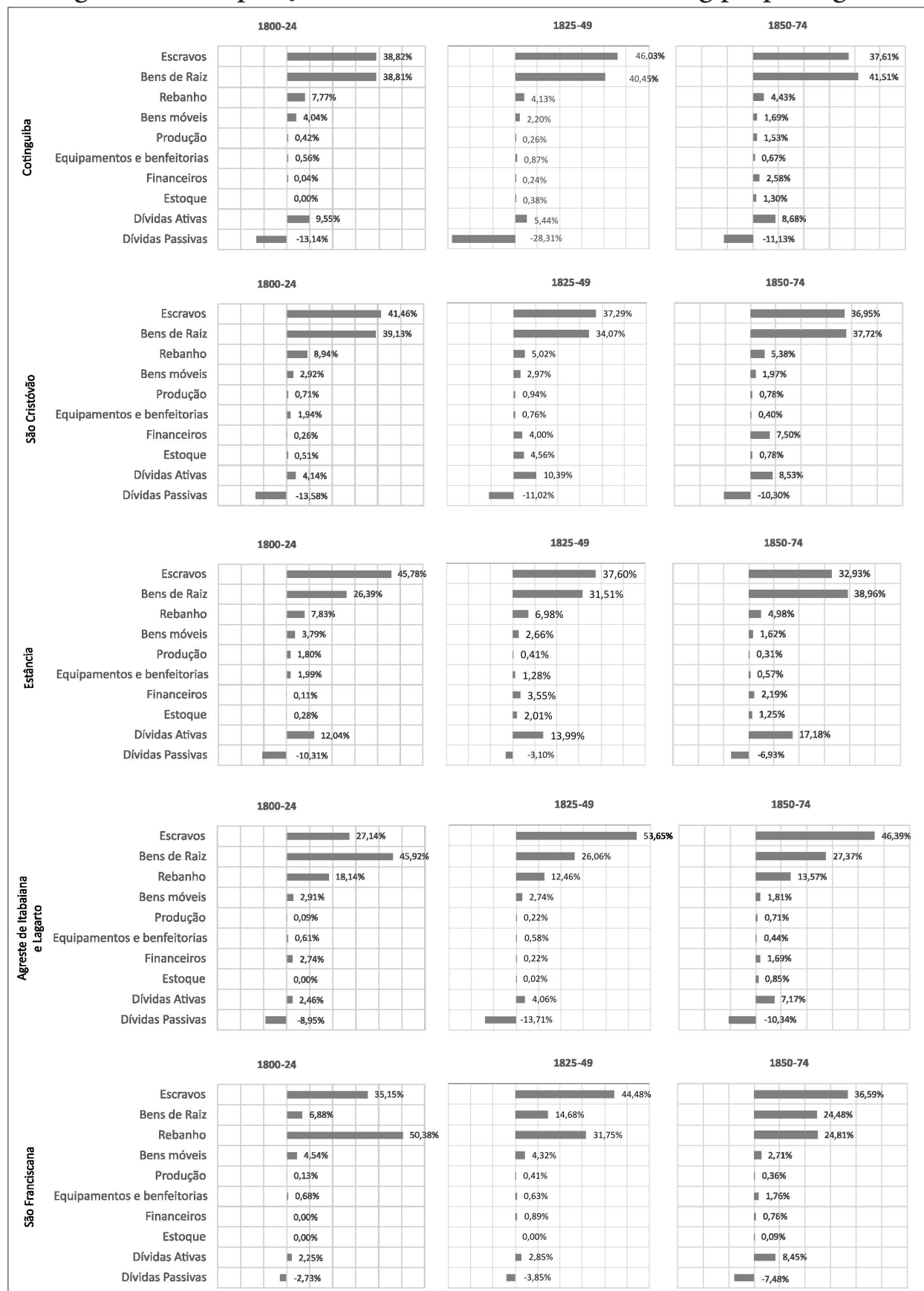
Na região de São Cristóvão, entre 1800 e 1824, escravizados e bens de raiz formavam juntos 80,59% do patrimônio inventariado. Nos períodos seguintes, observa-se uma trajetória descendente na participação dos escravizados, que passa de 37,29% entre 1825 e 1849 para 36,95% entre 1850 e 1875, enquanto os bens de raiz seguem movimento inverso, ampliando progressivamente sua participação no total dos ativos. Nessa antiga região açucareira, a precoce ocupação das terras, aliada à intensa pilhagem das terras indígenas, deve ter tido efeitos semelhantes aos verificados na Cotingui-ba sobre o valor das propriedades.

Os ativos financeiros crescem em importância: saindo de 4% no primeiro período para 7,5% entre 1825 e 1849 e reduzindo para 5,73%, entre 1850 e 1874, resultado de um modesto, mas atuante grupo urbano de comerciantes situados na primeira capital da província, a cidade de

São Cristóvão. Essa hipótese é reforçada pela evolução das dívidas ativas, cuja participação patrimonial atinge 10,39% entre 1825 e 1849 – um crescimento de 6,25 pontos percentuais em relação ao período anterior. No entanto, entre 1850 e 1874, essa participação sofreu redução de 2,06%, possivelmente em decorrência da perda de centralidade política e econômica da cidade, que deixou de ser capital provincial em 1855.

Em Estância, os escravizados e os bens de raiz compuseram, ao longo de todo o período analisado, aproximadamente 70% do total de ativos inventariados. Assim como em outras regiões da província, observa-se aqui uma redução progressiva na participação dos escravizados, que representavam 45,78% entre 1800 e 1824, caindo para 37,60% entre 1825 e 1849 e, posteriormente, para 32,93% no terceiro quartel do século XIX. Em movimento inverso, os bens de raiz ampliam sua participação: de 26,39% no primeiro período, alcançam 38,96% entre 1850 e 1874, superando, nesse momento, o valor dos escravizados. Outro aspecto que merece destaque é a elevada participação das dívidas ativas, que se mantêm acima de 12% em todo o intervalo estudado – percentual superior ao observado nas demais regiões. Esse dado pode estar relacionado à existência, em Estância, da mais extensa e articulada rede comercial da província, com capacidade de abastecer não apenas amplas áreas do interior sergipano, mas também localidades vizinhas nas províncias da Bahia e Alagoas.

Figura 5 – Composição dos ativos inventariados em Sergipe, por região



Fonte: AGJSE e APES. Inventários *post mortem* (Sergipe, 1800-1874).

No agreste sertão de Lagarto e Itabaiana, o crescimento da participação de escravizados no patrimônio inventariado constitui um importante indicativo da crescente mercantilização da produção local. A partir do segundo quartel do século XIX, ganham destaque cultivos como fumo e algodão, além da produção de têxteis, atividades que, sem dúvida, demandavam significativa utilização de mão de obra escravizada.

Ao mesmo tempo, o crescimento populacional da província e a crescente especialização do litoral na lavoura açucareira ampliaram os mercados consumidores para os produtos do interior, como a mandioca e sua farinha, feijão, milho e gado. Nesse contexto, observa-se uma reconfiguração da composição patrimonial em Lagarto e Itabaiana: entre 1800 e 1824, os bens de raiz figuravam como o principal ativo, respondendo por 45,92% do total inventariado. No entanto, ao longo do século, os escravizados aumentaram sua participação de cerca de 27% para 53,6%, encerrando o período com 46% do patrimônio – uma mudança que reflete a crescente integração da região aos circuitos comerciais provinciais.

O rebanho, por sua vez, manteve participação relevante, oscilando entre 18% e 13% ao longo do século, o que aponta para a especialização da região no abastecimento de carne e na oferta de força motriz. Juntos, escravizados, bens de raiz e animais representavam pouco mais de 90% do patrimônio acumulado no agreste, indicando uma estrutura produtiva voltada para o atendimento de uma economia regional em expansão. Os demais ativos, por outro lado, apresentaram variações pouco expressivas ao longo do período.

Apenas no agreste sertão de Lagarto e Itabaiana e na região São Franciscana não foram registrados nenhuma aplicação em ações ou títulos, sintoma da baixa conexão econômica da região com mercados mais amplos, não obstante a atuação de comerciantes que operavam um significativo transporte fluvial no São Francisco. A região São Franciscana é a única região em que a importância da terra e do trabalho cresce ao longo do século. Lá, ambos os ativos ganham participação com o decréscimo relativo dos valores representados pelo rebanho inventariado. No primeiro quarto do século, o gado de diversos tipos representava 50,38% do patrimônio arrolado, em seguida, os escravizados figuravam como 35,15%, e, como terceiro ativo, os bens de raiz, com 6,88%. Entre 1825 e 1849 há uma inversão: os escravizados tornaram-se o principal ativo, representan-

do 44,48% do patrimônio arrolado, o rebanho figura em segundo lugar, com 31,75%, e os bens de raiz com 14,6%. A tendência esboçada se confirma no terceiro quarto de século, com os escravizados como principal ativo e o rebanho e os bens de raiz com uma participação virtualmente igual de 24%.

Esse comportamento pode ser compreendido à luz de dois momentos históricos distintos, mas complementares, que reconfiguraram profundamente a dinâmica patrimonial e produtiva da região. O primeiro refere-se à extinção dos vínculos jurídicos de morgados e capelas, decretada pela Constituição de 1824 e regulamentada pela Lei n. 57, de 1835. A abolição dessas formas de vinculação, que impediam a livre circulação e alienação dos bens de raiz, possibilitou a reorganização fundiária e a ampliação da oferta de terras disponíveis para transações econômicas. Tal mudança teve impactos diretos sobre a estrutura patrimonial inventariada, com crescimento progressivo da participação dos bens de raiz e da força de trabalho escravizada em detrimento do rebanho, cuja importância relativa declina ao longo do período.

O segundo momento decisivo ocorreu com a eclosão da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), que provocou forte valorização internacional do algodão. Esse novo contexto estimulou a expansão da cultura algodoeira nos municípios do agreste e sertão sergipano, com destaque para a região São Franciscana, que passou a se integrar mais diretamente às dinâmicas produtivas orientadas ao mercado. O cultivo da fibra, ao demandar uso intensivo da terra e da mão de obra escravizada, reforçou a tendência já em curso de valorização desses ativos nos inventários *post mortem*.

Assim, a singularidade da região São Franciscana ao longo do século XIX reside na conjunção de três fatores: (i) os efeitos da desvinculação jurídica dos bens, que permitiram a reorganização fundiária; (ii) o estímulo externo dado pela conjuntura internacional, que dinamizou o cultivo do algodão; e (iii) a permanência de uma estrutura econômica alicerçada na produção agrícola e escravista, com fraca articulação com mercados financeiros. Esse arranjo ajuda a explicar tanto a composição patrimonial observada nos inventários quanto o padrão regional do crédito.

4. Conclusão

O presente artigo buscou apresentar um quadro das transformações dos ativos inventariados em Sergipe entre 1800 e 1874, bem como apresentar as linhas gerais da dinâmica econômica provincial e suas variações regionais. A partir da análise da composição e segmentação patrimonial, o estudo evidenciou o papel estruturante da escravidão, da terra e da produção agrícola – sobretudo a canavieira – na economia sergipana do século XIX. Ao mesmo tempo, revelou um cenário mais complexo e dinâmico, marcado pela modernização técnica, expansão do crédito, crescimento populacional e o início de uma incipiente monetarização e diversificação de ativos.

A principal constatação que emerge da análise é a centralidade dos escravizados e dos bens de raiz na composição da riqueza local. Esses dois ativos responderam, juntos, por cerca de 75% do patrimônio inventariado ao longo de todo o período, revelando a solidez de uma estrutura agrária e escravista. Contudo, essa configuração não permaneceu estática: a partir da década de 1850, observa-se uma progressiva diminuição da participação dos cativos, em contraste com o aumento relativo do valor das propriedades rurais. Essa transformação reflete tanto o encarecimento da mão de obra escravizada – diante da ilegalidade do tráfico e de sua cessação – quanto a valorização crescente da terra e os investimentos em melhoria da infraestrutura produtiva, especialmente nos engenhos de açúcar.

A análise também revelou os contornos de uma desigualdade patrimonial profunda e persistente. A diferença de um pouco mais de 5 mil vezes entre o maior e o menor inventário registrado no período – respectivamente, o do casal Calazans e o do ourives Dionísio dos Santos – ilustra o abismo social que separava a elite dos demais grupos sociais. Essa disparidade não se resume a um momento pontual de avaliação de bens, mas expressa trajetórias econômicas distintas, em que os mais ricos ampliaram suas posses ao longo do tempo, enquanto os mais pobres enfrentaram crescentes barreiras à acumulação. Trata-se de uma estrutura social rigidamente estratificada, com reduzidas possibilidades de mobilidade ascendente.

Outro elemento relevante foi observado através da segmentação patrimonial conforme as faixas de riqueza. Os mais pobres viram encolher sua capacidade de manter escravizados em seus patrimônios, à medida

que os preços desses trabalhadores aumentavam. Já os grupos mais abastados preservaram os cativos como ativo central, mesmo diante do encarecimento progressivo da mão de obra. Entre os inventários mais modestos, destaca-se a elevação relativa dos bens de raiz no terceiro quarto do século, o que pode sinalizar uma estratégia de adaptação às novas condições econômicas, com maior valorização da terra e dificuldade de acesso a trabalhadores escravizados.

Ao se observar a composição da riqueza por regiões, nota-se que as transformações não ocorreram de forma homogênea. Nas áreas de ocupação mais antiga, como Estância e São Cristóvão, a substituição dos escravizados pelos bens de raiz como principal ativo ocorreu mais cedo, ainda na primeira metade do século. Já na região da Cotinguiba – que se consolidou como centro dinâmico da produção açucareira –, a expansão da lavoura e dos engenhos levou a um aumento da riqueza entre 1825 e 1849, sustentado por forte endividamento e aquisição de escravos. No terceiro quarto do século, o processo de modernização dessa região, com a introdução de máquinas a vapor e o aumento do valor da terra, alterou mais uma vez a composição dos ativos, refletindo um novo ciclo de transformação.

Nas regiões do interior – como o Agreste de Lagarto e Itabaiana e a zona São Franciscana –, a dinâmica econômica foi distinta. Com base na pecuária, no cultivo de alimentos e em atividades voltadas ao abastecimento interno, essas áreas experimentaram uma elevação da participação dos escravizados no patrimônio, sobretudo entre 1825 e 1850. Esse crescimento parece responder à inserção progressiva dessas regiões nos circuitos mercantis impulsionados pelo desenvolvimento das zonas canavieiras. Ao mesmo tempo, a quase ausência de ativos financeiros, como ações e títulos, nessas áreas aponta para sua frágil integração aos mercados de crédito e investimento, reforçando as desigualdades territoriais na formação e diversificação da riqueza.

O avanço da monetarização da economia também é um traço evidente ao longo do século. A presença crescente de moeda corrente, depósitos bancários, aplicações financeiras e estoques comerciais nos inventários, sobretudo a partir de 1850, revela a ampliação das relações de mercado e o fortalecimento do comércio. A atuação de instituições financeiras, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, bem como de sociedades comerciais regionais, indica que parte da elite sergipana passou a operar em uma

lógica de diversificação de ativos e maior integração aos circuitos formais de crédito e investimento. O crescimento das dívidas ativas, por sua vez, aponta para uma oferta regular de crédito, essencial à sustentação das atividades produtivas e comerciais.

Em síntese, este artigo oferece um retrato detalhado e multifacetado da economia sergipana oitocentista, reafirmando seu caráter agrário e escravista, mas demonstrando também que se tratava de uma sociedade em constante transformação. As mudanças observadas na composição dos ativos, nas estratégias de investimento e nos padrões regionais revelam uma província em movimento, inserida nos fluxos mais amplos do Império, mas marcada por assimetrias internas profundas. O crescimento econômico e a diversificação produtiva, embora inegáveis, foram processos desiguais, que beneficiaram, sobretudo, os grupos que já ocupavam posições de poder e prestígio, perpetuando estruturas patrimoniais excludentes.

Ao iluminar os mecanismos de acumulação e as trajetórias patrimoniais em diferentes regiões e faixas sociais, este artigo contribui não apenas para a historiografia econômica de Sergipe, mas também para o debate mais amplo sobre a formação da riqueza no Brasil imperial. Os inventários, enquanto fontes, revelam-se instrumentos valiosos para compreender não apenas o que se possuía, mas como se possuía – e, sobretudo, quem podia possuir. Investigações futuras poderão aprofundar o papel das mulheres na gestão do patrimônio, o impacto da legislação fundiária e sucessória, ou mesmo estabelecer comparações com outras províncias, ampliando a compreensão das desigualdades econômicas no longo século XIX.

Referências

ALMEIDA, M. da G. S. de. *Atividades produtivas*. In: DINIZ, D. M. (Org.). Textos para história de Sergipe. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Banese, p. 61-125, 1991.

ALMEIDA, M. da G. S. de. *Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

ALMEIDA, M. da G. S. de. Estrutura de produção: a crise de alimentos na província de Sergipe (1855-1856). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 27, p. 15-39, 1978.

ALMICO, R. de C. da S. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora, 1870-1914*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

AMARAL, S. P. do. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba (1860-1888)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ANTONIO, E. M. M. *A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro – Sergipe (1750-1831)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Estância. (1800-1875). Cxs. 310 e 311; 492 a 561.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. São Cristóvão. (1800-1870). Cxs. 16 a 27; 159 a 182.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Aracaju. (1800-1875). Cxs. 2083; 2308 a 2328.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Rosário. (1800-1870). Cxs. 1683 a 1687.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Lagarto. (1800-1870). Cxs. 1089; 1128 a 1163.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Laranjeiras. (1800-1870). Cxs. 212 a 222.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Maruim. (1800-1870). Cxs. 808 a 818; 934 a 951; 1068.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Santo Amaro. (1800-1870). Cxs. 1764 e 1765.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Porto da Folha. (1800-1870). Cxs. 2955 a 2973.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Capela. (1800-1875). Cxs. 3068 a 3071.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Divina Pastora. (1800-1875). Cxs. 867 a 870.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Itabaiana. (1800-1875). Cxs. 1500.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Frei Paulo (1856-1872). Cxs. 2927.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Riachão (1820-1875). Cxs. 4880 a 4886.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Japaratuba (1847-1875). Cxs. 707.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Boquim (1864-1875). Cxs. 4887.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Vila Nova (1863-1875). Cxs. 8931 a 8933.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Nossa Senhora das Dores (1867-1875). Cxs. 9512 a 9518.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Simão Dias (1864-1875). Cxs. 3976 a 3979.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Riachuelo (1849-1875). Cxs. 4337 a 4338.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE (AGJSE). Inventários *post mortem*. Santa Luzia (1853-1875). Cxs. 4245.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE (APES). Inventários *post mortem*. Itabaiana (1800-1870). Cxs. 32 a 34.

BIBLIOTECA NACIONAL (BN). Descrição geográfica da capitania de Sergipe d'El Rei em 1802. Seção de Manuscritos II-33, 16, 9.

BUESCU, M. *300 anos de inflação*. APEC: Rio de Janeiro, 1973.

CALAZANS, J. J. B. *O agricultor sergipano*. Bahia: [s.i.], 1869.

CARRARA, A. A. *As finanças do estado brasileiro, 1808-1898*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

CEDEPLAR. *Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872*. Arquivo Access.

DÓRIA, E. Reminiscências. In: CALAZANS, J. J. B. *O agricultor sergipano*. Bahia: [s.i.], 1869.

FARIAS, S. S. *Currais e roças: o espaço agrário de Estância e Porto da Folha/Sergipe* (1850- c.1900). 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

FRANK, Z. *Entre ricos e pobres: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista*. São Paulo: Editora Annablume. 2012.

FRANK, Z. Padrões de riqueza no sudeste do Brasil, 1815-1860. *História econômica & História de empresas*, v. 9, n. 2, p. 5-48, 2006.

FREIRE, L. C. M. *Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FLORENTINO, M.; RIBEIRO, A. Vieira; SILVA, D. D. da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, n. 31, p. 83-126, 2004.

JESUS, L. O. de. *Em comum acordo: terras indivisas e direitos de propriedade em São Cristóvão (Sergipe, 1800-1875)*. 2025. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025.

GAMA, M. O. “*Em nome da Santíssima Trindade encomendo a minha alma*”: morrer na cidade de São Cristóvão/SE (1864-1886). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

GARAVAZO, J. *Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GRAHAM, R. Os números e o historiador não-quantitativo. *Locus*, v. 14, n. 1, p. 19-39, 2008.

GUARANÁ, M. A. C. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti & C, 1925.

KALECKI, M. Textos diversos. In: MIGLIOLI, J. (Org.). *Kalecki – Economia*. São Paulo: Ática, 1980.

LEVY, M. B. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

LINDERT, P. H. An algorithm for probate sampling. *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 11, n. 4, p. 649-668, 1981.

MACIEL, C. R. dos S. *A composição da riqueza em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia., Salvador, 2014.

MALAQUIAS, C. de O. *Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c.1790-c.1844*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MALAQUIAS, C. de O.; VIEIRA, É. F. S.; PEREIRA, A. C. Açúcar, farinha e escravidão: o Atlântico e a História Agrária de Sergipe Del Rei na ascensão da lavoura canavieira. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 12, n. 23, p. 13-42, 2018.

MALAQUIAS, C. de O. A economia de Sergipe no Século XIX (até 1874). In: SOUSA, A. L. (Org.). *Clio Digital II: Memória e Histórias de Sergipe (200 anos de Independência) – v. 2: século XIX aos nossos dias*. Aracaju: Criação Editorial, p. 71-90, 2023.

MARCONDES, R. L. *A arte de acumular na gestação da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX*. 1998. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MATTOSO, K. de Q. *Bahia, século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Z. M. C. de. *Metamorfoses da riqueza, São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985.

MOTT, L. *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.

MOURA FILHO, H. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). *Cadernos de História*, v. 11, n. 15, p. 9-34, 2010.

OLIVEIRA, M. L. F. de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.

PELAÉZ, C. M.; SUZIGAN, W. *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

PORTUGAL. Ordenações Filipinas. Livro IV. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242733>>. Acesso em: 17 set. 2025.

REIS, D. O. M. dos. *Teres e deveres, o envolver da riqueza em Araxá: a economia de uma localidade mineira com base em inventários post-mortem, 1776-1888*. 2005. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, 2005.

ROCHA, U. F. *Recôncavas Fortunas: a dinâmica da riqueza no recôncavo da Bahia (Cachoeira, 1834-1889)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS NETO, A. C. dos. *Sob o signo da peste: Sergipe no termo do cholera (1855-1856)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SANTOS, F. C. P. dos. *Poderosos Capitalistas: práticas creditícias, dinâmicas internas e relações sociais no sul sergipano (1800-1849)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

SANTOS, F. C. P. dos; FARIAS, N. F. Gênero, poder e autoridade senhorial: os conflitos de Dona Antônia de Vera Cruz Braque (Sergipe, 1798-1828). In: ANTONIO, E. M.; SANTOS, F. C. P.; MALAQUIAS, C. O.; LAGES, L. (Orgs.). *Anais do IX Encontro Internacional de História Colonial*. São Cristóvão: Ed. UFS, p. 471-484, 2023.

SANTOS, F. C. P. dos; JESUS, L. O. de; MALAQUIAS, C. de O. Negociações, arranjos familiares e dívidas: bens fundiários em São Cristóvão

(SE) na primeira metade do século XIX. *Revista História, Histórias*, v. 11, n. 21, p. 105-133, 2023.

SANTOS, L. S. *A produção do espaço agrário sergipano: estruturação e arranjos (1850-1925)*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SANTOS, M. N. dos. *A vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)*. 1984. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.

SILVA, F. C. T. da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil Colônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 5, n. 1, p. 119- 156, 1997.

SUBRINHO, J. M. dos P. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

SUBRINHO, J. M. dos P. *Reordenamento do trabalho. Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro. Sergipe, 1850-1930*. 1992. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

VALENTIN, A. *Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

VARGAS, J. M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.